

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA TREES MARIAS, GOVERNADOS DIX – SEPT ROSADO- RN, PARA TRABALHAR COM ALUNSO SURDOS.

Gledson freire Cavalcante ¹
Lizandra Marques Mendes ²
Lidiane Karla Bezerra Souto ³
Maria Geiza Ferreira Freire ⁴
Maria Francinaidde Gomes da Oliveira ⁵

RESUMO

No período medieval o surdo era visto como pessoas incapazes de se raciocinar, eram vistas como animais ou como pessoas indemoniadas, os mesmo não ouviam, portanto, não sabiam oralizar, eram isolados da sociedade, rejeitados por todos naquela época, ninguém acreditava que os surdos pudessem se comunicar então não eram considerados normais. Sendo assim, não tinha direito na sociedade. Com o surgimento do monge Pedro Ponce de Leon que acreditava que os surdos poderiam se comunicar, nasce uma esperança para os mesmo, mas para isso acontecesse só poderiam aprender quem tivesse condições financeiras para pagar aos monges para ensinar os surdos a língua de sinais, então foram poucos favorecidos, só os ricos que tinha condições financeiras, as demais classes como não tinham como pagar, continuavam excluídos de tudo e de todos. Através de lutas e conquistas o surdo teve a lei aprovada garantindo o direito à educação, a língua brasileira de sinais libras – LIBRAS, na lei nº 10.436 que foi oficializada no dia 24 de abril em 2002. O surdo tem que aprender a libras desde cedo para se socializar, praticar entre eles mesmos e com sua família, sendo a parte mais importante de todo o processo, desde a aceitação e a inclusão dos mesmos a serem inseridos na sociedade como igual, participando do seu aprendizado garantindo sua educação como processo inclusivo como ressalta a declaração de Salamanca “educação para todos”, toda criança tem direito a educação e a ser incluída e integrada no seio da sociedade.

Palavras – chave: Inclusão. Libras. Sociedade. Surdo.

INTRODUÇÃO

A partir de 1994, surgiu o conceito de escola inclusiva com a Declaração de Salamanca, trazendo consigo que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de qualquer dificuldade ou diferenças que pudessem apresentar. Dessa forma, a educação na perspectiva inclusiva respeita as diferenças e particularidade de cada indivíduo, aproveitando suas potencialidades no tempo de cada um. Para a escola efetivar tais determinações, primeiramente, ela deve compreender que a Educação Inclusiva como uma

¹Graduado pelo curso de pedagogia Unicesumar – Universidade de maringá - MG, gledson.freire@hotmail.com

²Graduada pelo Curso de pedagogia do Instituto de Ensino Múltiplos -MA, liza – mendes@hotmail.com;

³Graduada pelo Curso de pedagogia do Instituto de Ensino Múltiplos - MA, lidianekarla15@gmail.com

⁴Graduada pelo Curso de letras inglês da Universidade Estadual UERN- RN, mgeizaferreira@msn.com;

⁵: Especialista Psicopedagogia, Iniversidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN - RN naidegomesm@hotmail.com.

ferramenta que favorece o entendimento da diversidade, podendo contribuir com aprendizagem daqueles que necessitam de apoio para se desenvolver.

De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o decreto nº 3.298/99 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ambos determinam que seja direito do educando com necessidades educacionais específicas frequentar o sistema regular de ensino.

A pesquisa do feita na escola Municipal Três Marias, zona rural da cidade de Governador – RN com professores que atuam como especialistas da sala de Atendimento Educacional Especializado que o mesmo atende o segundo vínculo como professor especialista em LIBRAS a nível médio e professores dos anos iniciais e finais, sendo a mesma de cunho quali quantitativa. Contudo, reiteramos que a pesquisa é de suma relevância para construção do conhecimento da língua de sinais e as dificuldades dos professores de trabalhar com os alunos da escola, e de fato notório que, os profissionais ainda não se sentem preparados para trabalhar com o público alvo, sendo assim, uma tendência não diretiva de uma prática pedagógica não inclusiva, necessitando de formação continuada para o trabalho docente.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o artigo e de cunho de estudo de casos, como forma relevante a quali quantitativa onde pudemos vislumbrar a metodologia de estudos e práticas dos profissionais com a língua de sinais com seus aprendestes que precisam do atendimento especializado, seus anseios e descasos da escola com os alunos com surdez ou deficiência auditiva.

A pesquisa foi feita na Escola Municipal Três Marias, zona rural da cidade de Governador – Dix - Sept Rosado, localizado na Microrregião da Chapada do Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte com professores da rede municipal de ensino, tendo a cidade aproximadamente 12 992 habitantes.

Foto 01: Estado do Rio Grande do Norte, cidade Governador Dix- Sept Rosado



Fonte: Google Mapas

A presente pesquisa teve como subsídio de aprofundamento o estudo com sete (07) professores da educação básica, sendo um (01) do ensino fundamental I, 4º ano, e cinco (05) professores do Ensino fundamental II, 6º ao 9º ano, sendo os mesmos das disciplinas diversas e um (01) professor de libras – a qual também atende como professor do AEE – Atendimento Educacional Especializado.

O foco da pesquisa era saber quantos profissionais estão sem a qualificação adequada para atuar com os novos paradigmas e modalidades da práxis pedagógicas de ensino da inclusão do surdo ou deficiente auditivo que precisem do atendimento.

UM POUCO DA HISTORIA DO SURDO

As crianças nascem surdas por vários motivos dos quais não se sabe como acontece, pois os fatores relevantes que se sabe dependem da interação com o processo gestacional, sendo esses o uso de entorpecentes que se fez antes e durante, ao não acompanhamento ao pré-natal, o uso ou não de medicamentos ou até mesmo pela genética, podendo até ser adquirida, em outros casos a criança pode até nascer com outras deficiências ou distúrbios não sendo essas apenas uma especificidade do nascimento de uma pessoa com surdez.

Os surdos não tinham direito a constituir família e se casar e nem a herdar nada, os romanos privavam de seus direitos legais, para eles, os surdos eram considerados idiotas, incompetentes pessoas incapazes de fazer algo, a igreja não acreditava na sua salvação depois da morte, não iria ao reino dos deuses (SILVA, 2009).

Eram isolados sem ter direito a educação, saúde, lazer e convívio com as pessoas que os cercavam, além disso, acreditavam que eram amaldiçoados pelos deuses por terem nascido assim sem poder ouvir, sem poder adquirir conhecimento já que não podiam escutar.

Segundo Goldfeld (1997), os surdos eram tratados com piedade e vistos como pessoas castigadas pelos deuses, sendo abandonados ou sacrificados. A surdez era a consequente mudez, eram confundidas com uma inferioridade de inteligência e até o séc. XV eram vistos como pessoas primitivas que não poderiam ser educadas.

Tudo começou a melhorar para os surdos com o surgimento do monge Pedro Ponce de Leon que acreditava que o surdo poderia aprender e se comunicar, expressar, transmitir o que estava sentindo sem precisar falar. Já que não poderia escutar e que ninguém acreditava nessa possibilidade da comunicação, Leon desenvolveu a língua de sinais para que os surdos pudessem ter novas oportunidades de estar convivendo no meio da sociedade a qual estava inserido na época “excludente” através da comunicação sinalizada.

O monge Ponce de Leon foi o primeiro professor dos surdos, esse pretendia ajudá-los na aprendizagem, já que ninguém acreditava que os surdos pudessem se comunicar. Porém, o monge apenas ensinava aos filhos de pessoas de famílias que tinham condições financeiras elevadas. Os nobres procuravam o monge para pedir auxílio para que seus filhos fossem instruídos e não perdessem seus direitos legais. Sendo assim, poucos surdos foram favorecidos nesse processo de aprendizagem do meio de comunicação sinalizada, não era toda família que tinha privilégios de condições financeiras para pagar um professor. (SILVA, 2009)

No século XIX, Dom Pedro II, trouxe para o Brasil um professor francês chamado Edward Huet, para ensinar a língua de sinais francesa para os surdos e também algumas disciplinas como; português, história, geografia, aritmética, linguagem articulada e leitura sobre os lábios.

Nos anos oitenta, as pessoas começaram a conhecer e discutir sobre o bilinguismo no Brasil, diante desse conhecimento surgiu novas investigações e as descobertas pela Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) que com muitas lutas e com o passar dos tempos foi anunciada a Lei nº 10.436 no dia 24 de abril de 2002, oficializando a Língua Brasileira de Sinais que ampara a língua de comunicação com o surdo no Brasil.

GRANDES CONQUISTAS DOS SURDOS.

Com a garantia da Lei nº 10.436 / 2002 oficializada aos surdos, os mesmos puderam se desenvolver em espaços escolares e não escolares, onde a sua garantia era de estarem inseridos como cidadãos que conquistaram a prevalência de um direito adquirido, estes, soberanos de direitos antes garantidos na constituição brasileira de 1988. Como forma de lei a garantia da LIBRAS – língua brasileira de sinais, destaca – se o Art.2º da referida;

Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. (LEI Nº 10.436).

A partir dessa conquista os surdos começaram a ter um grande desenvolvimento em sua aprendizagem podendo se socializar uns com outros e ter uma vida social exigindo seus direitos como cidadãos, assim as portas começaram a se abrir para a sociedade e os mesmo iniciaram uma convívio social com os ouvintes.

Hoje, os surdos ainda lutam por mais conquistas, pois são poucos que tem acesso à escola. Para que a maioria possa se alfabetizar e conhecer o mundo da linguagem, ainda é

preciso muito trabalho onde os professores ainda tenham que conhecer técnicas de abordagem de aprendizagem com o surdo e ensina – los para que todos os surdos saibam entender uma linguagem que se encontrava inerte a seu conhecimento de mundo ainda a ser aprimorada.

É através da LIBRAS que é uma grande intermediária entre surdo do meio social comunicativo com ouvintes e surdos utilizadores da língua materna que há um convívio menos difícil para os surdos. É por meio da mediação espaço visual que os surdos podem demonstrar sua habilidade de interpretação e comunicação em determinado tempo e espaço.

Segundo Quadros:

[...] pensar em educação de surdos é levar em conta, entre outros tantos possíveis aspectos que representam as experiências visuais das pessoas surdas, a sua língua de sinais. Inegavelmente, a linguagem é essencial ao ser humano para o estabelecimento de vários tipos de relações, para a expressão do pensamento e a constituição da subjetividade. Assim, há várias linhas de atuação possíveis para a produção de conhecimentos por pesquisadores envolvidos na educação de surdos. (QUADROS, 2005, p.46)

De fato, a língua de sinais é mais importante para os surdos do que pensamos, pois é através dela que surge a comunicação com o meio social em que eles vivem, e com essa, os mesmos podem estar ligados em um mundo a qual se sentem excluídos, sujeitos de não terem a oralidade para se comunicar como os ouvintes.

Assim sendo, o surdo pode mudar suas condições de vida, já que não tem acesso à oralidade ele pode se aprofundar na sua língua materna, a LIBRAS, e através dela, os mesmo podem desenvolver suas ideias, transmitir o que está acontecendo no momento e em seu próprio pensamento.

É importante que os surdos tenham um contato com sua língua desde cedo para que possam aprender rápido, naturalmente como nós ouvintes temos com a nossa língua.

Seus familiares também tem uma importante parcela nesse processo de aprendizagem, pois é fundamental que eles participem dessa evolução no que estão aprendendo para que as crianças surdas tenha mais confiança no que estão fazendo, começando assim se socializar com eles mesmos para, poder si integrar no meio social não familiar.

Vale ressaltar que o professor tem que conhecer a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pois nossa realidade é outra, poucos conhecem e poucos são capacitados, para trabalhar com os alunos surdos e que isso aconteça faz – se necessário a capacitação de profissionais para ensinar com qualidade os alunos que precisem da libras para se comunicar.

Entres outras conquistas, podemos citar a declaração de Salamanca que enfatiza e destaca a educação como direito de todos e ressalta a política de uma educação inclusiva para todos.

Declaração de Salamanca garante que a educação é um direito de todos,

O direito de cada criança a educação é proclamado na declaração Universal de Direito Humanos e foi fortemente reafirmando pela declaração mundial de educação para todos. Qualquer pessoa portadora com deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação á sua educação, tanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultadas sobre a forma de educação mais apropriada as necessidades, circunstancias e aspirações de suas crianças. (Brasil, 1994).

Conforme destacado na declaração de Salamanca, ver – se a importância de um direito digno das pessoas com deficiências, resguardadas em artigos constitucionais e em direitos internacionais, sendo que esse mérito de destaque em conhecimentos inclusivos de direitos no Brasil também fez parte em suma. Sendo ele signatário declarado como direito descrito, então frisa – se que as relevâncias desse conhecimento de destaque internacional a qual o Brasil fez parte , nada mais justo que o próprio seja exemplo para que o sistema educacional possa estar preparado para receber esses alunos publico alvo de uma educação inclusiva e garantidora de seus deveres para com os alunos específicos

UMA PREVIA DE SUA CULTURA.

Os surdos sofreram muito em suas conquistas para conseguir a sua língua materna, pois naquela época não era admitido o uso da língua de sinais.

Segundo Felix (2008. P17):

O oralismo perdurou como a filosofia educacional para ensino de surdos por mais de um século e que apregoa que o surdo deve adquirir a língua oral, devendo ser terminantemente proibido o uso de sinais no processo, essa postura foi fortemente criticada por pesquisadores e estudiosos da época, para esses autores, a língua oral não pode ser adquirida por este tipo de aprendiz pelo processo de aquisição de língua materna, pois, devido à ausência de audição, pode-se considerar que ele não foi exposto a uma primeira língua. Esse aprendiz, além de ficar privado, nessas condições, de adquirir a língua materna, também não tem acesso aos processos de desenvolvimento da linguagem de forma natural.

Os surdos tinham que ser oralizados mesmo sem escutar, pois não era admitido que os mesmo aprendessem a libras, sendo proibido de gesticular, fazer qualquer tipo de gestos com as mãos, caso os surdos fossem flagrados gesticulando eram punidos por cometer uma infração que não se permitia no processo da aquisição da língua oral, já que de uma vez

estavam sendo estimulados a aprender a falar, uma estereotipia que não se convinha aos deficientes auditivos.

Um dos símbolos adotado pela cultura surda é a fita azul, pois ela representa a história do surdo, uma cultura que o surdo passou a ser vista e destacada como própria e construída em uma vida toda destacada de muitas batalhas e sofrimento.

No Brasil se comemora o dia do surdo no dia 26 de setembro, pois nesse dia foi inaugurada a primeira escola para surdo no Rio de Janeiro - RJ.

Segundo Strobel, 2008. (P.75-76)

O dia do Surdo tem um significado simbólico muito importante. Ele representa o reconhecimento de todo um movimento que teve início há poucos anos no Brasil quando o Surdo passou a lutar pelo direito de ter sua língua e sua cultura reconhecidas como uma língua e uma cultura de um grupo minoritário e não de um grupo de “deficientes”.

Para o surdo seu dia foi um grande reconhecimento, pois eles eram totalmente excluídos da sociedade, onde muitos eram mortos, outros escondidos, rejeitados pelas próprias famílias, no mundo em geral doravante de sua deficiência. Com o passar dos tempos com suas lutas para terem sua própria língua, o surdo pode sim se comunicar, expressar seus pensamentos, conhecimentos, ideias, enfim, tudo que se passa com eles melhorando seu modo de vida, tendo acesso à escola, podendo se educar, abrindo portas para o trabalho, sendo assim exercendo seu direito de cidadão. .

Para Strobel (2008, P.22):

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e modificá-lo a fim de se torna-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das ‘almas’ das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo.

Podendo assim mostrar que por não ter oralidade isso não significa que os mesmos não são importantes para a sociedade, ou não possa ser considerados como um ser vivo, e sim são capazes de fazer tudo que um ouvinte faz, como a mesma qualidade ou até melhor, sem preconceito, sem rejeição, pois os surdos não se sentem deficientes e sim com uma identidade própria, tem uma cultura de um grupo minoritário onde conseguiram ser reconhecidos.

Segundo Strobel (2008. P.90)

Antes a história cultural dos povos surdos não era reconhecida, os sujeitos surdos eram vistos como deficientes, anormais, doentes ou marginais. Somente depois do reconhecimento da língua de sinais, das identidades surdas e, na percepção da construção de subjetividade, motivada pelos Estudos Culturais, é que começaram a ganhar força as consciências político-

culturais. Em determinados momentos, quando a luta por posições de poder ou pela imposição de ideias revela o manifesto política cultural dos povos surdos.

Como frisado, os surdos não tinha nacionalidade até a lei 10.436 ser oficializada no dia 24 de abril de 2002 como sua língua materna, a Língua Brasileira de Sinais lhes dando direito a cultura, identidade, espaço no meio social e lhes proporcionando um convívio mais digno como pessoa que são.

A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM LIBRAS.

Os profissionais de libras podem ser tanto ouvintes quanto surdos, embora ambos tenham que dominar a libras para poder repassar os conhecimentos para aos alunos / pessoas que precisem de se comunicar através da libras.

Segundo o Decreto 5.626/05 informa que as Instituições de Ensino a seguirem conforme a lei:

Art.4. A formação de docentes para o ensino de libras nas séries iniciais do Ensino Fundamental, no Ensino Fundamental séries Finais, no Ensino Médio e no Ensino Superior deve ser realizada em nível superior, curso de graduação em letras libras ou letras libras / português como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previsto no caput,

Art. 5º. A formação de docente para o ensino de libras na Educação Infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental deve ser realizada em cursos de pedagogia e ou curso Normal Superior, em que a libras e língua portuguesa escrita tenham concluído línguas de instrução viabilizando a formação bilíngue.

Conclui – se ainda os incisos:

§ 1º admite – se como formação mínima de docente para o ensino de libras na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilize a formação bilíngue referida no caput.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

O decreto 5.626 de 2012 ainda ressalva a importância do ensino de libras como formação de nível superior:

Art 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste decreto, instituições de ensino superior devem estar inseridos em seu quadro de docentes profissionais qualificados a títulos de Graduação em letras libras, ou graduação em letras português com Pós - graduação em libras ou pedagogia com pós – graduação em libras para estarem lecionando nas universidades nos cursos de licenciatura ,bacharéis .

Nas escolas ainda tem uma grande carência de profissionais nessa área principalmente sendo os mesmo que possam ministrar as aulas, com destaque ainda tem os profissionais do AEE (Atendimento Educacional Especializado) que ainda conseguem fazer curso de formação em libras de curta duração em 80h a 180h para a sua habilitação, mas que ainda não se chega a ser qualificado de forma expressa para a interpretação e o diálogo eficaz com os alunos surdos, na falta desse profissional em sala de recursos multifuncional não se tem conhecimento de professores que ministrem aulas para os alunos se tornando precário o atendimento com esse profissional.

Segundo Mantoan (2006, p. 46): “Tenho verificado com frequência que os cursos e demais atividades de formação em serviços habitualmente oferecidos aos professores pelas redes de ensino, nos moldes costumeiros, não estão obtendo o retorno que o investimento propõe pela escacês e ou pela falta dos profissionais rejeitarem o conhecimento sobre a língua [...]”.

Acredita - se que o currículo de formação de professores desses cursos deva ser alterado para poderem atender as necessidades dos alunos com necessidades especiais para todos os professores, pois os mesmo tem que se capacitar para estarem preparados para qualquer público alvo e atender a necessidade / anseios da sociedade surda que precise desse tipo de atendimento nas escolas.

Todos os cursos de formação de professores tem que ter a LIBRAS como disciplina para que todos possam ter uma base e poder atender alunos com deficiência auditiva, parcial e ou total da audição que necessita da língua de sinais para se comunicar, não havendo comprometerá o processo de aprendizagem.

AS PRINCIPAIS DIFICULDADES QUE OS PROFISSIONAIS TÊM EM LECIONAR COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E OU SURDEZ.

A Escola Municipal Três Marias, localizada na zona rural da cidade de Governador Dix – Sept Rosado - RN, estudam dois alunos da educação básica com surdes , será destacado com nomes fictícios para que não os comprometam, sendo eles, Antônio das Chagas Segundo e Rafael Silva Sobrinho, ambos com surdez profunda, estudantes de anos distintos 4º e 7º, que necessitam de apoio de profissionais especializados em LIBRAS.

A direção da escola enfatiza a necessidade de incentivo por parte do poder público municipal a prática docente para com os educandos que deixam a desejar em sua aplicabilidade por falta da formação continuada, e sabe que profissional qualificado nessa área

é bastante precária, difícil de encontrar com essa qualificação para fazer a formação com os professores da escola, e que com os poucos recursos que a escola disponibiliza não dá para fazer a formação com os próprios recursos, fazendo faltar para suprir outras necessidades emergentes.

As crianças com a deficiência auditiva / surdos, desde que iniciaram seus estudos que estudam na mesma escola, residentes no mesmo local e que só a pouco menos de (3) anos a SME - Secretaria Municipal de Educação do município formaram esses profissionais com cursos de extensão de 160h para estarem atuando na Sala de Recurso Multifuncional e os dois profissionais em libras a nível médio para trabalhar a interpretação da língua de sinais com os discentes.

O fato que os profissionais buscam de recursos visuais na internet para se comunicação com eles, expondo em sala de aula gravuras da língua de sinais, recortes, vídeos, entre outros recursos, tanto para os professores regentes quanto para as demais crianças que possam estar aprendendo a se comunicar com as crianças deficientes e não deixando assolar o descaso da inclusão que se encontra a escola com os que precisam desse atendimento, deixando a sua indignação, falta de respeito e desumanidade ao próximo.

Diante a pesquisa feita com os profissionais que atuam na escola, os mesmos ressaltaram as inúmeras dificuldades que eles sentem para trabalhar com os alunos em sala, mas uma das mais agravantes explanadas pelos professores que lecionam na escola com alunos com Necessidades Educativas Especializadas a qual não quer se identificar é a falta de formação continuada / incentivo da Secretaria de Educação do Município que não faz formação continuada dos profissionais que trabalham com os alunos e a falta de materiais educativos para trabalhar a prática a qual os alunos necessitam do atendimento especializado.

Os mesmos ressaltam que sabem que tem a escola de alfabetização de surdos na cidade vizinha que é em Mossoró – RN, o CAS – Centro de Assistência ao Surdo, porém os familiares não tem condições financeiras para arcar com as despesas de ir a única escola referência de educação surda da região a prefeitura municipal da cidade deixando o descaso nítido com as crianças que necessitam da aprendizagem..

Os professores tentam fazer o máximo para trabalhar a inclusão com os alunos, porém sabem que deixam a desejar no sentido de se comunicar de forma correta, os poucos materiais que se encontram na sala de recursos e outros confeccionados pelos próprios alguns são de origem da busca de meios da internet outros doados por colegas da cidade e cidades vizinhas que trocam conhecimentos e experiências tentando minimizar as barreiras comunicacionais existentes entre eles ressaltado na lei 10,098.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conhecimento aprofundado da pesquisa proporcionou o conhecimento de quão os profissionais ainda precisam se qualificar para estar proporcionando a inclusão dos alunos com deficiência auditiva e demais deficiência, tendo consigo a formação continuada para que possam minimizar as barreiras existentes, sendo elas arquitetônicas, mobiliárias atitudinais.

Os professores da rede municipal, se quer tinha formação na área da educação especial, cursos em libras para estarem atuando com alunos com deficiência e nem para ser professor da língua de sinais – LIBRAS e ou intérprete.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer da história da pessoa com deficiência, vimos que houve grandes lutas, batalhas para que houvesse a conquista do povo surdo nos espaços sociais a qual os mesmo eram excluídos desde os primórdios e que diante as conquistas vencidas o delinear da história foi mudando conquistando seus espaços, consigo agora as leis que amparam e incluem com direitos garantidos por leis internacionais e federais .

Portanto é importante que a família, escola e os órgãos competentes participem de todo o processo da construção do saber da pessoa surda ou com deficiência auditiva que necessite da libras para se comunicar. Sabemos que nem toda comunicação há aprendido, mas para o sujeito surdo possa se comunicar faz a necessidade de uma comunicação de uma linguagem e que vai além das bases socioativas, é uma necessidade de sobrevivência em um mundo em que não se pode viver sem ter a interação com o externo e que a família ao despertar desse sujeito, de sua inclusão, não deixando que algo impeça a inclusão das barreiras impedindo a vida social, faz com que a magnitude da vida do homem com a deficiência seja diminuída ou até que sanada começando desde já a identificação da surdez da criança quando pequena e que a família aceitem podendo lhe ajudar lhe dando força e lutando pelos seus direitos que muitas das vezes são tirados, dificultando sua aprendizagem quanto a sua vida adulta.

Embora nossa realidade seja outra, podemos perceber que os surdos ainda não sabem dos seus direitos e deveres e que poucos têm acesso à educação de qualidade a falta de informação entre as leis que garante seus direitos são imensas faltando ser cumpridas pelos responsáveis que deva garantir.

A escola, onde é o segundo maior tempo de convívio da criança, jovens surdos em nosso país se encontram excluídos por sua língua por parte dos profissionais de estarem despreparados para atender os alunos surdos em seu espaço escolar, tanto por falta de

formação profissional especializados, materiais adequados, quanto por falta de iniciativa pelo poder público está garantindo o que está na lei.

É necessário que se faça cumprir os direitos e que se possa ter uma educação inclusiva, onde as barreiras comunicacionais não se estendam e façam uma sociedade conhecedora de outra língua sinalizada e não oralizada, incluindo assim, um povo de uma cultura, de um novo saber.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais – Libras, e o art.18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 dez.2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em : 01 nov.2016.

BRASIL, MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acessado em: 26 de Dez. 2019.

CRUZ, Maria Alice. **Estudo mostra importância das libras para a capacidade cognitiva de surdos**. Disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/estudo-mostra-importancia-da-libras-para-a-capacidade-cognitiva-de-surdos>>. Acesso em 01 nov. 2016.

DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais. Brasileira; CORDE, 1994.

FELIX, Ademilde. **Surdos e ouvintes em uma sala de aula inclusiva: interações sociais, representações e construções de identidades**. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000437843>>. Acessado em: 19 de Dez. 2016.

GOLDFELD, M.A **Criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? Coleção cotidiano escolar**. São Paulo. Moderna, 2003.

QUADROS, R.M. **IV Congresso internacional e X Seminário nacional do INES**. Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Silvana Araújo. **Conhecendo um pouco da história dos surdos**. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/nucleo_acessibilidade/documentos/texto_libras.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

STROBEL, K.L. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História. 2008**. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.